

Como Conseguir a Revogação de Medidas Protetivas: Fundamentos Jurídicos e Procedimentos Necessários

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | setembro 3, 2024



Introdução

As medidas protetivas de urgência são ferramentas legais importantes para a proteção de vítimas de violência doméstica e familiar. No entanto, em alguns casos, pode haver a necessidade de revogar essas medidas, seja por reconciliação das partes ou por mudança nas circunstâncias que justificaram

sua aplicação. Neste artigo, explicaremos como solicitar a revogação de medidas protetivas, apresentando os fundamentos jurídicos e os procedimentos necessários para esse processo.

Fundamentos Jurídicos para a Revogação de Medidas Protetivas

As medidas protetivas de urgência estão previstas na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e podem ser aplicadas pelo juiz para garantir a segurança da vítima. No entanto, a mesma lei permite a revisão e revogação dessas medidas, desde que haja justificativa adequada. Os principais fundamentos jurídicos para a revogação incluem:

1. **Mudança nas Circunstâncias:** Se as circunstâncias que justificaram a aplicação das medidas protetivas mudaram significativamente, como a reconciliação das partes ou a cessação da ameaça, pode-se solicitar a revogação.
2. **Inexistência de Risco:** Caso seja demonstrado que não há mais risco à integridade física ou psicológica da vítima, o juiz pode considerar a revogação das medidas.
3. **Acordo entre as Partes:** Em alguns casos, a vítima pode expressar sua vontade de revogar as medidas protetivas, especialmente se houver reconciliação ou acordo entre as partes.

Procedimentos para Solicitar a Revogação de Medidas Protetivas

Para solicitar a revogação de medidas protetivas, é necessário seguir alguns procedimentos legais. Veja o passo a passo:

1. Consulta com Advogado

O primeiro passo é consultar um advogado especializado em Direito de Família ou Direito Penal. O advogado poderá avaliar o caso, orientar sobre os fundamentos

jurídicos e preparar a petição de revogação.

2. Elaboração da Petição de Revogação

O advogado elaborará uma petição de revogação das medidas protetivas, fundamentando o pedido nas mudanças de circunstâncias, na ausência de risco ou no acordo entre as partes. A petição deve ser clara, objetiva e acompanhada de provas que corroborem os argumentos apresentados.

3. Protocolo da Petição no Juizado de Violência Doméstica

A petição de revogação deve ser protocolada no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que concedeu as medidas protetivas. O juiz responsável analisará o pedido e poderá solicitar uma audiência para ouvir as partes envolvidas.

4. Audiência de Justificação

Em alguns casos, o juiz pode marcar uma audiência de justificação para ouvir a vítima, o agressor e outras testemunhas, se necessário. Durante a audiência, as partes poderão apresentar seus argumentos e provas, e o juiz avaliará se a revogação é adequada.

5. Decisão Judicial

Após a análise da petição e, se for o caso, a realização da audiência de justificação, o juiz proferirá uma decisão sobre o pedido de revogação. Se o juiz considerar que as medidas protetivas não são mais necessárias, ele poderá revogá-las. Caso contrário, as medidas serão mantidas.

Importância de Agir com Cautela

É importante ressaltar que a revogação de medidas protetivas deve ser solicitada com cautela e responsabilidade. A integridade física e psicológica da vítima deve ser sempre a prioridade, e qualquer decisão nesse sentido deve ser tomada com base em uma avaliação criteriosa das circunstâncias.

Conclusão

A revogação de medidas protetivas é um processo legal que requer fundamentos jurídicos sólidos e a observância dos procedimentos adequados. Mudanças nas circunstâncias, ausência de risco à vítima e acordos entre as partes são alguns dos fundamentos que podem justificar a revogação. Consultar um advogado especializado, elaborar uma petição bem fundamentada e seguir os trâmites legais são passos essenciais para obter a revogação das medidas protetivas. Agir com cautela e responsabilidade é fundamental para garantir a segurança e o bem-estar de todas as partes envolvidas.